



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Setor de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2024
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024 RP Nº 001/2024

TERMO DE APRECIÇÃO

I. Do Recurso

Trata-se de recursos interpostos por FRUTFICA COMÉRCIO LTDA e PAPEX DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, ora recorrentes, em relação ao resultado do Processo Licitatório nº 010/2024, Pregão Eletrônico nº 003/2024, Registro de Preços nº 001/2024, cujo objeto é o Registro de Preços para aquisição de material de expediente (Papel A4), para atendimento à demanda das Secretarias Municipais de Conselheiro Lafaiete/MG, de acordo com as especificações, condições e quantidades detalhadas no item 19 e Anexo I do Edital, registrado em ata de sessão pública eletrônica lavrada no dia 03/05/2024.

O inconformismo das recorrentes refere-se à classificação da licitante ATIVA LICITAÇÕES EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA (EPP), relativamente ao item 01 (Papel A4).

Assevera que o produto cotado na proposta da recorrida – marca “NACIONAL PAPER AGILLE A4” – encontra-se em desconformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Edital, notadamente em virtude da alegada ausência de certificação FSC na embalagem.

Aduzem que a manutenção da aprovação da proposta implica em afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, além de ferir o julgamento objetivo.

Diante disso, requereram o provimento do recurso, a fim de que seja reformada a decisão recorrida e declarada a desclassificação da recorrida ATIVA LICITAÇÕES EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA (EPP), relativamente ao item 01 (Papel A4), haja vista o não atendimento integral aos requisitos constantes do Edital. Paralelamente, a recorrente PAPEX DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA pugna seja realizada diligência, para solicitação de amostra do produto e conferência da aludida certificação.

Em conformidade com o disposto nos itens 10.20.15 e 13 do Edital, e de acordo com o registrado no chat da plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, o prazo para contrarrazões – 03 (três) dias úteis – iniciou-se em 09/05/2024 (quinta-feira), vindo a findar-se em 13/05/2024 (segunda-feira).

Segundo dados registrados na plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, a licitante ATIVA LICITAÇÕES EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA (EPP) apresentou contrarrazões em 10/05/2024, às 10:31:19h, isto é, tempestivamente, combatendo o mérito recursal e pleiteando a improcedência dos recursos.

Em sede de contrarrazões recursais, a recorrida ATIVA LICITAÇÕES EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA (EPP) rechaçou as alegações das recorrentes, apontando, em suma, que o produto cotado possui a certificação FSC exigida no Edital,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

anexando tela contendo o número do Código de Licença (FSC-C177034), e o Código do Certificado (NEO-COC-177034).

Em síntese, é o relatório.

II. Da admissibilidade

Conforme se depreende dos autos, a decisão sob reexame fora proferida durante sessão pública realizada às 09:30h (nove horas e trinta minutos) do dia 03/05/2024 (sexta-feira), através da plataforma eletrônica BBMNET, com a comunicação das licitantes acerca do resultado dos julgamentos das propostas e de habilitação.

Por consequência, o prazo recursal – 03 (três) dias úteis, nos termos do art. 165, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e do item 13.1.1 do Edital – iniciou-se em 06/05/2024 (segunda-feira), vindo a findar-se em 08/05/2024 (quarta-feira).

Segundo dados registrados na plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, os recursos em apreço foram protocolizados nas datas de 03/05/2024, 12:07:18h, e 08/05/2024, 14:49:20h, isto é, dentro do prazo recursal, impondo-se o reconhecimento da sua tempestividade.

No mais, considerando o atendimento aos requisitos intrínsecos de cabimento, legitimidade e interesse no manejo do apelo, e aos requisitos extrínsecos de conformidade com as exigências formais do Edital e, segundo acima detalhado, de tempestividade, conhece-se dos presentes recursos.

III. Do mérito recursal

III.1. Da análise da classificação da recorrida/ATIVA LICITAÇÕES EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA (EPP)

O cerne da controvérsia recursal consiste em verificar se seria o caso de desclassificação da proposta apresentada pela empresa ATIVA LICITAÇÕES EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA (EPP), vencedora do item 01 (Papel A4), sob alegação de que o produto cotado não atenderia às exigências editalícias, haja vista desconformidade técnica em relação às especificações contidas no descritivo do item 19 do Edital e no Anexo I – Termo de Referência, notadamente em virtude da alegada ausência de certificação FSC na embalagem.

O art. 26 do Decreto Municipal nº 84/2021 preconiza que o(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

Os processos licitatórios são instrumentos jurídicos que objetivam garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mediante julgamento objetivo e vinculado ao instrumento convocatório. Impõe-se, portanto, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021, que o objeto licitado seja descrito no edital de forma clara, precisa e sucinta, tendo em vista que a Administração, na fase de julgamento das propostas, não poderá adotar critérios que não estejam previstos expressamente no ato convocatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

Deve o Poder Público, na fase preparatória da licitação, definir com exatidão as características do bem almejado, disponibilizando informações técnicas que caracterizem o objeto. Com isso, torna-se possível aos concorrentes compreenderem o que se pretende adquirir, resguardando-se, simultaneamente, a qualidade do objeto.

No presente certame, consta do Anexo I – Termo de Referência, elaborado pela Secretaria Municipal de Administração, e bem assim do item 19 do Edital, a descrição precisa e clara do item licitado:

“Papel para máquina copiadora, A4, branco alcalino, Off Set 75G/M², medindo 210mm x 297mm, sem timbre, produzido a partir de fontes responsáveis e renováveis, com selo de Certificação FSC na embalagem e contendo as informações do fabricante. Resma com 500 folhas. Superfície resistente, corte perfeito e absorção equilibrada que permite o melhor deslizamento da folha na impressora. Garantia de 99,99% de não atolamento. Deverá ser enviada caixa com 10 resmas cada. Qualidade igual ou superior Chamex, Reporter. FORMA DE APRESENTAÇÃO: A ENTREGA SERÁ FEITA POR CAIXA FECHADA COM 10 RESMAS CADA.”

Acerca da necessidade de observância do descritivo pelos proponentes, preconiza o Edital:

“7.13. O preço deverá ser cotado considerando-se o fornecimento/prestação de serviço de acordo com as especificações e quantitativos constantes no item 19 do Edital, incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas, como transporte, tributos, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou acessórios, bem como a descrição detalhada, observando as especificações exigidas no Termo de Referência.” (destacamos)

“7.22. Toda a especificação estabelecida para o objeto neste Edital será tacitamente aceita pelo licitante, no ato de apresentação de sua PROPOSTA COMERCIAL.” (destacamos)

7.24. Serão desclassificados as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus anexos.” (destacamos)

Em consonância, dispõe o Anexo I – Termo de Referência (vide item 5 do TR).

Diante de tais premissas, passamos à apreciação das alegações recursais em cotejo com as especificações e diretrizes constante do Edital.

Com a devida vênia, as Recorrentes não demonstram, por meio de elementos concretos e objetivos, que o produto a ser ofertado pela concorrente possua especificação incompatível com aquela exigida no certame.

Lado outro, em sede de contrarrazões, a recorrida ATIVA LICITAÇÕES EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA (EPP) rechaçou as alegações das recorrentes, apontando, em suma, que o produto cotado possui a certificação FSC exigida no Edital, anexando tela contendo o número do Código de Licença (FSC-C177034), e o Código do Certificado (NEO-COC-177034).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

Frisa-se que foi realizada diligência via internet, através de consulta no site <https://nacionalpaper.eco.br/index.php/empresa/>, de onde se extrai informação que corrobora a existência da aludida certificação.

O instrumento convocatório **não previu a realização de fase específica de análise de amostras** para avaliação física dos itens ofertados nas propostas, nem exigiu a apresentação de ficha técnica/prospecto contendo rol de especificações dos produtos. Logo, incabível exigir das licitantes na estreita via recursal a apresentação de amostras e ou documento equivalente.

Importante destacar, de todo modo, que as licitantes se encontram desobrigadas de observarem as especificações exigidas pela Administração Pública, e que o ente licitante poderá adotar medidas para verificação do cumprimento das exigências editalícias, por ocasião da execução contratual.

Isso porque, conforme disciplinado no Edital, o momento estabelecido para conferência das especificações dos produtos será quando do **recebimento/aceitação** das mercadorias, as quais serão rejeitadas, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Edital e na própria proposta da licitante, ressalvada a possibilidade de substituição (*vide* item 3 e subitens, do Anexo I - Termo de Referência).

No mesmo sentido, restou claramente especificado no item 15 do Edital:

"15.9. A Secretaria solicitante será responsável por receber, autorizar, supervisionar, conferir e fiscalizar o objeto desta licitação, observados o art. 117 da Lei 14.133/21.

15.10. Nos termos do art. 117 da Lei 14.133/21, a servidora Emile Martins Faria, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, será designada representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens/prestação dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

15.11. A servidora Silvana Conceição Peixoto, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, fará a gestão da Ata/contrato, ficando responsável por certificar-lhe as condições de prazo de vigência, saldo contratual, ou outras que se fizerem necessárias para seu bom e fiel cumprimento.

15.12. O Município de Conselheiro Lafaiete reserva-se o direito de não receber o objeto em desacordo com o previsto neste edital, podendo aplicar o disposto no art. 156 da Lei 14.133/21.

15.13. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente e integralmente, após a verificação da conformidade do objeto com as especificações qualitativas e quantitativas e consequente aceitação."
(destacamos)

Segundo expressamente estabelecido no item 18.4 do Edital, a apresentação da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação previstas no Edital, sendo o licitante responsável por todas as transações que



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

forem efetuadas em seu nome no Pregão Eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

O licitante, ao participar do certame, está a afirmar que a proposta apresentada cumpre todas as condições e exigências do edital, em conformidade com o disposto no item 5.8.1 do edital, *in verbis*:

"5.8. Os licitantes preencherão declaração, em campo próprio do sistema eletrônico, quando do registro de sua proposta comercial:

5.8.1. Que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta atende às exigências do edital." (destacamos)

Nesse ponto, ressalta-se que a apresentação de declaração falsa por parte dos licitantes ensejará em responsabilização cível, administrativa e penal, nos termos do item 5.6 do Edital. Senão, vejamos:

"5.6. O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, cível, administrativa e penalmente." (destacamos)

Assim sendo, mesmo em caso de desconformidade dos produtos (o que não se aplica à presente hipótese, porquanto evidenciada a certificação do produto nos moldes estabelecidos no Edital), apurada oportunamente na etapa de execução de contrato, por meio do procedimento próprio de recebimento/aceitação, tudo nos moldes constantes do Edital e Termo de Referência, será dado o licitante como incurso em hipótese de inadimplemento contratual, diante da qual o Contratado sujeitar-se-á às penalidades estabelecidas na lei e no instrumento convocatório, ao passo que à Contratante assistirá a prerrogativa de convocação das licitantes remanescentes, observada a ordem classificatória, para regular fornecimento do objeto.

Ante o exposto, à míngua de fundamento apto a ensejar sua reforma, deve ser mantida a decisão recorrida.

IV. Conclusão

Diante de todo o exposto, a Pregoeira resolve:

- a) **Conhecer** dos recursos interpostos pelas empresas FRUTFICA COMÉRCIO LTDA e PAPEX DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e, diante da insubsistência dos fundamentos do apelo, **manter** a decisão recorrida;
- b) Em obediência ao disposto no art. 15, inciso VII, do Decreto Municipal nº 84/2021, encaminhar os autos à autoridade superior para sua análise, consideração e decisão dos Recursos Administrativos em pauta.

Conselheiro Lafaiete/MG, 17 de maio de 2024.


MARY ALNE DA CRUZ GOULART
Pregoeira

Avenida Prefeito Dr. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro
Conselheiro Lafaiete - MG - 36.400-026
Tel: (31) 3764-9801, ramal 1035

